

VEREDICTO

Boletim informativo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

5 de agosto de 2015

Edição 165

Tribunal presenteia Concórdia, em seu 81º aniversário, com instalação de Cejusc

Na festa de 81 anos de emancipação do município de Concórdia, o Tribunal de Justiça presenteou a comarca com a instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc). Considerado unidade jurisdicional, o Cejusc é a nova forma de resolver conflitos no âmbito do Judiciário, sem processos nem sentenças.

“Além de possível, é conveniente e adequado acelerarmos a instalação de novos Cejuscs por todo o Estado”, anunciou o presidente do TJ, desembargador Nelson Schaefer Martins, ao indicar mais um norte para sua gestão. Este é o 12º Cejusc que funcionará no Estado.

O ministro Marco Aurélio Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), esteve na solenidade ao lado de seu colega, ministro convocado Newton Trisotto, e demonstrou satisfação com os serviços disponibilizados aos



jurisdicionados locais - cerca de 90 mil habitantes da sede e dos municípios de Alto Bela Vista, Peritiba, Irani e Presidente Castelo Branco.

Buzzi e Trisotto, assim como o presidente do TJ, passaram pela comarca na carreira da magistratura e foram homenageados pela administração municipal. O juiz Samuel Andreis, diretor do Foro e coordenador do Cejusc, acredita em uma mudança de paradigma, com novos tempos que valorizam a cultura do

diálogo. A unidade tem estrutura física de excelência e três setores de triagem, quatro salas de audiência e uma exclusiva para mediação familiar, bem como sala lúdica para crianças que acompanham os pais.

O desembargador Jaime Ramos e a juíza de 2º grau Cinthia Beatriz Schaefer prestigiaram a solenidade, além de representantes do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e autoridades do Executivo e Legislativo.



Mudanças físicas na comarca de Rio Negrinho trazem benefícios aos jurisdicionados



“Nota dez” - essa foi a expressão usada por uma servidora do Fórum de Rio Negrinho para definir a mudança e ampliação da estrutura física na comarca. Após iniciativa e empenho da juíza diretora Alessandra Mayra da Silva de Oliveira, o Tribunal de Justiça transferiu a 1ª Vara para novo endereço, no centro, com maior espaço para toda a equipe, inclusive nas salas de au-

diências, cartório e serviço social.

A mudança beneficiou não só a 1ª Vara mas também outros setores que permaneceram no prédio do Fórum, como Secretaria, Distribuição e sobretudo a 2ª Vara. A secretária do Fórum, Nilsa Maria Balatka, afirma que agora é possível deixar organizados todos os setores da Secretaria, como sala para armas e bens, arquivos, almoxarifado e depósito.

“Com a mudança, o antigo Fórum foi reconfigurado e todos, sem exceção, afirmam estar muito felizes”, disse a assistente do Serviço Social Gracielle Chociai Porto. O novo local, além de amplo e bem-iluminado, permitiu que o cartório adequasse o acervo de processos físicos e

sua organização por matéria, para localização quando necessário.

Para os jurisdicionados, especialmente do cartório, a mudança tem proporcionado atendimento individualizado, com melhores acomodações e elevador, o que permite o acesso de todos, independente de condição física.



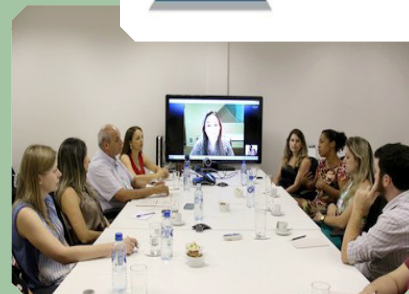
TJSC inicia implantação do Programa de Teletrabalho para servidores do Judiciário

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina abriu, de 3 a 14 de agosto, as inscrições para servidores interessados em participar do Programa de Teletrabalho. Resultado de projeto piloto desenvolvido de agosto a dezembro de 2014, obteve excelentes resultados e atende a proposta de ato normativo aprovada pela Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 27 de julho. A ideia do CNJ é que com o teletrabalho se consiga medir melhor o desempenho e produção dos servidores, em contraste com a metodologia atual, baseada nas horas trabalhadas e não em metas de desempenho.

Serão disponibilizadas 100 vagas, limitadas a no máximo 30% do quadro de pessoal de cada seção. O programa não abrange servidores em estágio

probatório nem ocupantes de cargo de direção ou chefia. Comissionados também poderão se inscrever. Os selecionados participarão da modalidade por um ano, com possibilidade de prorrogação.

Um exemplo claro é o da TJA Marília Wildner da Silva Colombo, lotada no 2º Juizado Especial Cível da Capital. Há um ano ela acompanhou o marido no novo emprego nos Estados Unidos, e tem na bagagem experiências profissionais a serem compartilhadas. No projeto piloto, sua produtividade superou em 45% a meta estabelecida, o que refletiu nos resultados do cartório, que teve mais tempo livre para outras atividades como o atendimento ao público, cuja demanda é bastante grande. As inscrições podem ser feitas no Portal do Servidor.



TJ dá continuidade aos trabalhos de substituição dos elevadores da Torre I

As obras para a troca dos elevadores da Torre I do TJ estão em andamento, e a empresa contratada já faz a retirada completa dos elevadores atuais - instalados na inauguração do prédio, em 1975 - e sua substituição por equipamentos novos. O novo sistema contemplará cinco elevadores novos e completos: três elevadores sociais de 14 paradas e dois elevadores de serviços (privativo e carga) de 13 paradas.

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) estabeleceu cronograma com a empresa a fim de otimizar o serviço, com a menor interferência possível no trans-

porte das pessoas que transitam pelo prédio. Na primeira etapa, dois elevadores serão substituídos. Ambos de serviço, com acesso na parte frontal direita do hall de entrada do prédio. Concluído esse trabalho, o serviço se estenderá aos demais.

Segundo a DEA, os novos elevadores serão dotados de modernos quadros de comando, máquinas sem engrenagem e monitoramento de tráfego para proporcionar a otimização de seu uso e redução no consumo de energia, diminuindo, assim, os custos de manutenção e reparos.



Com participação de SC, magistrados em Brasília firmam Carta da Justiça Restaurativa

Em meio às discussões em torno da redução da maioria penal, o Brasil deu um grande passo para garantir a implementação de um sistema eficaz para a responsabilização de adolescentes em conflito com a lei. O país agora compõe a Declaração Ibero-Americana sobre Justiça Juvenil Restaurativa, ou Declaração de Cartagena, aprovada em maio pelos países ibero-americanos na XIX Assembleia Plenária da Conferência de Ministros de Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB), na República Dominicana.

Ela foi apresentada no Curso de Justiça Restaurativa promovido pela Escola Nacional da Magistratura (ENM), da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), em Brasília, com representantes de 24 Estados. Entre os principais objetivos do documento, estão a construção de um Sistema de Justiça Juvenil para responsabilização de adolescentes em conflito com a lei e a adoção de um compromisso comum por parte dos países ibero-americanos no âmbito dos princípios de responsabilização e reparação do dano causado à vítima, a partir de um enfoque restaurativo para os adolescentes infratores. O documento destaca, ainda, a necessidade de promoção de medidas alternativas em substituição ao encarceramento e à segregação.

A Declaração de Cartagena incentiva os países signatários na adoção de medidas que garantam a implementação de um modelo restaurativo com participação da comunidade. O Judiciário catarinense esteve representado pela juíza de 2º grau Cinthia Beatriz Bittencourt Schaefer, subcoordenadora dos Programas de Solução de Conflitos do Conselho Gestor do Tribunal de Justiça; pelas juízas Joana Ribeiro, titular da 1ª Vara Cível de Tijucas e membro da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (Ceij), e Naiara Brancher, titular da Vara Criminal de Camboriú e membro da diretoria da AMC; e pela assistente social Lilian da Silva Domingues, secretária da Ceij.